

MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL

CAPITANIA DOS PORTOS DA PARAÍBA

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP: 63037.000277/2026-82

OBJETO: Reforma do Residencial Cisne Branco, compreendendo a reabilitação de fachadas, reabilitação estrutural e substituição da cobertura.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES.....	1
OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	1
SUMÁRIO.....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	3
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	3
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	3
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	4
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	5
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	5
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	7
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	8
7. CUSTOS DIRETOS.....	8
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	9
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	9
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.....	9
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	10
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	11
13. PROJETO EXECUTIVO.....	11
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	11
15. VISTORIA.....	13
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	13
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.....	14
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	14
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	14
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO.....	15
21. DA SUSTENTABILIDADE.....	15

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (**X**) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

a. De acordo com o art. 6º, inciso XXI da Lei nº 14.133/2021, serviço de engenharia é toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra (art. 6º, inciso XII) são privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

b. A Orientação Técnica IBR nº 002/2009 (item 4) do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) define serviço de engenharia como atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado, tais como: consertar, instalar, montar, conservar, reparar, adaptar, manter, ou ainda, demolir.

c. A intervenção não implica alteração substancial das características originais do bem imóvel, tendo como finalidade precípua a manutenção, reparação e conservação de um bem material já existente e acabado. Os serviços visam corrigir anomalias funcionais (como a carbonatação e o desgaste de rejuntas) para restabelecer as condições mínimas de segurança e habitabilidade, garantindo a fruição de uma utilidade já existente sem inovar o espaço físico.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (**X**) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

a. De acordo com o art. 6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021, serviço comum de engenharia é “todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”.

b. Tratam-se de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A reabilitação de fachadas com

pastilhas, a pintura látex e a execução de telhamento em fibrocimento são atividades amplamente dominadas pelo mercado da construção civil e padronizadas pelas normas da ABNT e cadernos técnicos do SINAPI.

c. O objeto da presente licitação, portanto, é tecnicamente enquadrado como serviço comum de engenharia, para os quais é facultativo a adoção das modalidades licitatórias pregão ou concorrência, na forma eletrônica, com fundamento no art. 6º, incisos XLI e XXXVIII; art. 28, inciso I e II; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

☒ (X) empreitada por preço unitário

☐ () empreitada por preço global

☐ () empreitada integral

☐ () contratação por tarefa

☐ () contratação integrada

☐ () contratação semi-integrada

☐ () fornecimento e prestação de serviço associado

a. Uma vez que o Laudo de Inspeção Predial foi realizado em Nível 1 (sensorial), limitando-se a sintomas aparentes, há uma incerteza natural sobre os quantitativos reais de serviços críticos, como o tratamento de carbonatação e a recomposição de armaduras, que podem variar substancialmente após o início das demolições e reparos. Portanto, este regime se mostra o mais adequado por permitir a remuneração estrita dos serviços efetivamente executados, garantindo um ajuste fidedigno entre o planejado e o realizado, e mitigando os riscos financeiros advindos das limitações técnicas da fase de planejamento sensorial.

b. Logo, o contrato será executado no Regime de Empreitada por Preço Unitário, quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas (art. 6º, inciso XXVIII e art. 46, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e art. 2º, inciso XIII do Decreto nº 7.983/2013).

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, (☐) arquitetura ou (☐) técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, (☐) RRT ou (☐) TRT.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☒) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (☒) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(☒) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

a. Foram utilizados prioritariamente os preços referenciais da tabela SINAPI (01/2026 - Paraíba), sendo utilizadas as tabelas ORSE (12/2025 - Sergipe) e SEINFRA (028 - Ceará) para itens específicos não contemplados na primeira opção. A opção por essas tabelas auxiliares se justifica pela pertinência técnica e pela necessidade de utilizar referências oficiais e formalmente aprovadas que reflitam com maior fidedignidade os custos de insumos e produtividades de serviços especializados de recuperação predial, garantindo a economicidade e a compatibilidade com os preços de mercado praticados na região Nordeste. Todos os custos adotados asseguram que o orçamento estimado não ultrapasse os limites referenciais, em observância aos princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

b. É jurisprudência consolidada no TCU que outros sistemas federais, estaduais, privados e até mesmo cotações podem ser fontes subsidiárias para fins de comparação, quando não existe composição de referência de preços da SINAPI/SICRO para os serviços contratados, o que foi realizado no parecer emitido pela SecobRodov à peça 36, quando se utilizou de outros sistemas de referência além do Sicro (Acórdãos 1075/2015, Rel. Bruno Dantas, 1353/2015, Rel. Walton Alencar Rodrigues, 1814/2014, Rel. Augusto Sherman, todos do Plenário).

Em especial aos itens não contemplados na SINAPI, adotados no orçamento estimativo, têm-se as seguintes justificativas:

13960/ORSE/Remoção de rejuntamento em cerâmica: serviço inexistente na base SINAPI, sendo adotada composição similar e correspondente tecnicamente ao serviço a ser executado;

10873/ORSE/Rejuntamento de revestimentos pastilha 5cm x 23cm - Rev 01_05/2022: a solução mais aproximada no SINAPI é a composição 87244 "Revestimento cerâmico para paredes externas em pastilhas de porcelana 5 x 5 cm (placas de 30 x 30 cm), alinhadas a prumo. Af_02/2023". No entanto, comparando-se ao caso concreto, tal serviço diz respeito a execução completa, onde a própria técnica executiva já contempla assentamento e rejuntamento, sendo então, o serviço de rejuntamento indissociável da composição. Na inexistência de uma composição apenas para rejuntamento de pastilha cerâmica que seja compatível com as dimensões do revestimento já aplicados ao objeto, utilizou-se a composição supramencionada da base ORSE;

10972/ORSE/Cordão de vedação em silicone - Rev 01_05/2022: tal serviço é necessário para tratamento das vedações das esquadrias das fachadas. Consultando a SINAPI, inexistente composição que contemple serviço semelhante, porém existe composição de instalação de esquadrias incluso a vedação. No entanto, os índices de produtividade são indissociáveis do serviço de instalação, impossibilitando o correto dimensionamento da mão de obra apenas para efetuar a vedação. A utilização de índices não mensurados ou percentuais incompatíveis com a execução poderiam afetar a estimativa de valor sob pena de trazer desequilíbrio econômico-financeiro para o futuro contrato;

C0094/SEINFRA/Apicoamento em concreto/preparo da superfície: Verificou-se que a composição SINAPI código 84084 "Apicoamento manual de superfície de concreto" encontra-se descontinuada desde a competência 01/2020, não integrando mais a base ativa de referências do sistema. Dessa forma, considerando a ausência de composição vigente equivalente plenamente aderente ao serviço pretendido, adotou-se composição subsidiária compatível com as características técnicas da atividade;

7388/ORSE/Preparação do substrato (superfície de concreto) e armadura por escovamento manual: Verificou-se a inexistência de composição específica na SINAPI para o serviço pretendido. Assim, adotou-se composição subsidiária do ORSE, por apresentar metodologia executiva e insumos compatíveis com a atividade a ser executada sob pena de estimativa incorreta nos valores de índices de produtividade;

8215/ORSE/Aplicação de adesivo estrutural base resina epóxi, fluido, Sikadur 32 (consumo=1,67 kg/m² p/ 1mm de esp), Sika ou similar, aplicação/ancoragem de cabos, colagem elementos pré-moldados, fixação de chumbadores, juntas de concretagem(frias), etc: composição específica para reparos estruturais que inexistente na base SINAPI. Pela exatidão

na correlação técnica com o serviço a ser executado, a composição ORSE se mostra mais adequada para o caso concreto;

10029/ORSE/Impermeabilização c/ manta asfáltica aluminizada 3mm, estruturada com não-tecido de poliéster, inclusive aplicação de 1 demão de primer: verificou-se que na base SINAPI as composições que utilizam manta asfáltica aluminizada utilizam este insumo com espessura 4 mm, quando aplicado em camada simples, ou em camada dupla utilizando duas camadas de manta, uma com 3 mm e outra com 4 mm. A escolha técnica pela manta aluminizada de 3 mm, tipo III, utilizada na composição ORSE atende aos requisitos de durabilidade, resistência ao tráfego e flexibilidade aos quais será submetida. Tal escolha se mostra viável do ponto de vista econômico sob pena de onerar a Administração causando sobrepreço no orçamento estimado;

10337/ORSE/Microconcreto fluido (autoadensável) c/ Grout até 50% de pó de pedra (pedrisco - brita 0) lançamento e cura: verificou-se que a composição 84100 da SINAPI encontra-se descontinuada desde 06/2016, não integrando a base vigente de referências do sistema. Dessa forma, adotou-se composição subsidiária do ORSE, por apresentar maior compatibilidade técnica, metodologia executiva atualizada e melhor aderência às condições efetivas de execução do serviço;

26/ORSE/Coleta e carga manuais de entulho e 13197/ORSE/Locação de caixa coletora de entulho capacidade 5 m³ (Local: Aracaju), prazo máximo de 7 dias, inclusive descarte. Rev 01_03/2025: verificou-se a inexistência, na SINAPI, de composições específicas e plenamente equivalentes aos serviços de coleta manual, carga e destinação de entulho mediante utilização de caixa coletora estacionária. Embora exista a composição 100984 SINAPI, sua metodologia executiva pressupõe utilização de escavadeira hidráulica e caminhão basculante de grande porte, incompatíveis com o pequeno volume de entulho e as condições operacionais da presente contratação. Dessa forma, optou-se por composição subsidiária do ORSE, por ser proporcional e aderente à execução manual e ao reduzido vulto dos serviços previstos.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

☒ (X) foi/foram juntadas a(s) ☒ (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) ☒ (X) planilha(s) analítica(s)

☐ () NÃO foi/foram juntadas a(s) ☐ () planilha(s) sintética(s) e a(s) ☐ () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

☒ (X) consta nos autos.

☐ () NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(**X**) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(**X**) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

a. Esclarece-se que a única composição própria adotada na presente contratação se refere ao custo da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em razão da inexistência de composição específica nos referenciais oficiais aplicáveis. O valor utilizado foi fundamentado nos valores oficiais de ART fixados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA para o exercício de 2026, conforme a Decisão Plenária nº PL-0450/2025 do CONFEA, editada com fundamento na Resolução CONFEA nº 1.067/2015, que regulamenta os critérios de cobrança da ART no Sistema CONFEA/CREA.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (**X**) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(**X**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(**X**) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e (X) SERVIÇOS.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

a. No caso em tela, foi juntado ao processo a análise comparativa que resultou na vantajosidade do regime Não Desonerado. Para fins de avaliação da vantajosidade e compatibilidade orçamentária, foi considerada a sistemática de reoneração progressiva prevista na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024.

A conclusão pela vantajosidade para a Administração, observa as premissas do parecer n. 44/2019/DECOR/CGU/AGU:

I. Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa do valor do futuro contrato, a Administração deverá confeccionar um único orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que lhe for mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se sujeitam.

II. Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e ulterior contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.

III. Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planejamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

b. Do exposto, será utilizado o regime de tributação sem desoneração, sendo desconsiderada a parcela da Contribuição Previdenciária sobre a receita Bruta (CPRB) do cálculo do BDI e sendo considerada a utilização da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos (INSS de 20% incluídos nos encargos sociais).

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: (☒) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil: 3,00%

a. Considerando tratar-se de obra de reforma de pequeno porte, com escopo definido, baixa complexidade executiva e prazo reduzido, entende-se que a demanda sobre a estrutura corporativa da contratada será limitada. Assim, adotou-se o percentual correspondente ao 1º quartil da parcela Administração Central, conforme referenciais do Tribunal de Contas da União, por refletir adequadamente a menor necessidade de suporte administrativo central, preservando-se a vantagem e a aderência aos parâmetros de mercado.

Seguro e garantia: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil: 0,80%

Risco: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil: 1,27%

Despesa financeira: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil: 1,23%

Lucro: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil: 7,00%

b. A adoção do percentual de 5% do ISS sobre o serviço foi realizada mediante Lei Complementar nº 53 de 23 de dezembro de 2008 (João Pessoa/PB).

c. A adoção do PIS e COFINS foi realizada por meio do Art. 3º, § 4º da Instrução Normativa RFB nº1234, de 11 de janeiro de 2012 que define os valores a serem retidos sendo determinados sobre o montante a ser pago nas alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (Sessenta e cinco centésimos por cento) respectivamente.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (☐) SERÁ ou (☒) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

a. A não adoção de BDI reduzido fundamenta-se na análise das características do objeto contratado, verificando-se que os itens previstos não configuram mero fornecimento isolado de materiais ou equipamentos dissociados da execução principal que não puderam ser parcelados, mas sim componentes diretamente vinculados à execução integrada dos serviços contratados. Ademais, não se identificou, no caso concreto, parcela significativa de fornecimento especializado apta a justificar tratamento diferenciado nos termos da Súmula TCU nº 253, razão pela qual entendeu-se tecnicamente adequada a adoção de taxa única de BDI para o orçamento estimativo.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

13. PROJETO EXECUTIVO

(X) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao (X) CAU e/ou ao (X) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

É requisito legal para exercício de atividade técnica regulamentada e garante a responsabilidade técnica formal na execução do objeto. Desta forma justifica-se a exigência de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome da Empresa, expedida pelo CREA e/ou CAU e/ou CRT, dentro do seu prazo de validade, da qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com a execução dos serviços do objeto.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

- a. Reabilitação estrutural com concreto projetado – 43,12 m²;
- b. Impermeabilização com manta asfáltica aluminizada 3mm – 196,63 m²;
- c. Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm – 342,95 m².

(☒) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de Reabilitação estrutural com concreto projetado: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de Impermeabilização com manta asfáltica aluminizada 3mm: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou (☐) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

a. Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

(☐) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(☒) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro Civil e Arquiteto: serviços de Reabilitação estrutural com concreto projetado; Impermeabilização com manta asfáltica aluminizada 3mm; Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm.

(☒) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

a. Com fundamento no art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, exige-se a apresentação de atestados com quantitativos mínimos para comprovação da qualificação técnico-profissional, visando assegurar que o responsável técnico pela licitante possua experiência compatível com

a complexidade e dimensão do objeto. Tal medida é necessária à mitigação de riscos executivos, à garantia da adequada execução contratual e à preservação do interesse público, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro Civil: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Reabilitação estrutural com concreto projetado – 21,56 m²; Impermeabilização com manta asfáltica aluminizada 3mm – 98,31 m²; Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm – 171,47 m².

Para o cargo de Arquiteto: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Reabilitação estrutural com concreto projetado – 21,56 m²; Impermeabilização com manta asfáltica aluminizada 3mm – 98,31 m²; Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm – 171,47 m².

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (☒) FACULTATIVA ou (☐) OBRIGATÓRIA, e o licitante (☒) PODERÁ ou (☐) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

a. A exigência de vistoria obrigatória representa um ônus desnecessário para os licitantes, configurando restrição à competitividade do certame. Além disso, os serviços a serem prestados tem baixa complexidade técnica e estão devidamente caracterizados no processo, observado o disposto no art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (☒) NÃO ADMITIU ou (☐) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

a. Serão executados serviços comuns de engenharia que não são considerados complexos na sua totalidade, isto é, as fases, etapas e aspectos do processo não precisam ser desempenhadas por terceiros especializados, ainda que se possam identificar parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação (vide §§1º e 9º do art. 67 da Lei nº14.133/2021).

b. Em razão da simplicidade, a execução dos serviços pode ser realizada apenas pela contratada, sem prejuízo à qualidade, eficiência e competitividade. A vedação da subcontratação também facilitará a gestão contratual e a economicidade.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (☒) CAPITAL MÍNIMO ou (☐) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

a. A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento), nos termos do art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021, a qual deve balizar-se em critérios técnicos. A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação.

b. O estabelecimento do percentual de 10% (dez por cento) não implica a comprovação de capital mínimo elevado e não restringe a competitividade, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

(☐) PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(☒) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

a. A formação de consórcios pode implicar a diminuição da competitividade, pela redução da quantidade de competidores individuais interessados. A permissão para a execução do objeto por pessoas jurídicas reunidas em consórcio poderia, ainda, gerar dificuldades nas atividades de gestão e fiscalização contratual. Além disso, os serviços a serem licitados tem baixa complexidade técnica e, portanto, podem ser executados por uma única empresa. A presente justificativa observa o disposto no art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (☒) VEDADA ou (☐) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

a. Observado o disposto no art. 10 da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, optou-se por vedar a participação de cooperativas, pois o objeto da licitação se trata de um serviço que demanda subordinação jurídica, bem como de pessoalidade e habitualidade, corroborado pela Súmula TCU nº 281. Além disso, a gestão operacional do serviço não pode ser executada de forma compartilhada ou em rodízio.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (**X**) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

a. Com fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, exige-se garantia de execução correspondente a 5% do valor do contrato, a ser prestada nas modalidades legalmente previstas. A medida visa resguardar a Administração contra riscos de inadimplemento e assegurar a fiel execução do objeto.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(**X**) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

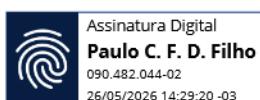
(**X**) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(**X**) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(**X**) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

No presente processo licitatório, os critérios de sustentabilidade estão descritos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR).

João Pessoa-PB, 26 de maio de 2026.



PAULO CÉSAR FERREIRA DIAS FILHO
Segundo-Tenente (RM2-EN)
Assistente Técnico da Superintendência Patrimônio Imobiliário
Engenheiro Civil – CREA 1617139890

ASSINADO DIGITALMENTE